

# Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	25
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	28
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	31
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	45
5.3 Programa de integridade	49
5.4 Alterações significativas	53
5.5 Outras informações relevantes	54

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 – Condições Financeiras/Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste anexo são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2024 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise da Administração esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis e sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira obtida no passado venha a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

As informações constantes neste item 2 devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis em nosso site ([ri.americanas.io](http://ri.americanas.io)) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Americanas atua em quatro segmentos operacionais, sendo eles o varejo (lojas físicas Americanas e plataforma digital [americanas.com](http://americanas.com)), varejo *premium* (Imaginarium, MinD, Puket e LoveBrands), serviços financeiros (Ame Digital e Parati) e *fresh food*, especializado em frutas, legumes e verduras (Hortifruti Natural da Terra).

Abaixo segue maior detalhamento acerca da Recuperação Judicial da Americanas.

#### **Recuperação Judicial**

Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” ou “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender os efeitos das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano"), que foi apresentada nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende aos interesses de todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial.

Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado.

O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê:

(i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:

(i) Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) existentes na data da realização do aumento de capital.; e

(ii) Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores.

Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.

(ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:

- a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;
- b. Credores Quirografários (Classe III):
  - (i) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024.;
  - (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitaram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024;
  - (iii) Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2026;
  - (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.

- (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.

- (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.

No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024.

- (vii) Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em janeiro de 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
- (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
  - a. Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;
  - b. Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que estão no processo de emissão e
- c. Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024.
- (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de janeiro de 2044, nos termos do Plano.
- (x) Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não participaram do Leilão Reverso e serão quitados, em apenas uma parcela em 2059, com a possibilidade de, a exclusivo critério do Grupo Americanas, tais créditos serem pagos mediante a transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e
- (xi) Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) deverá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas (“Ativos Relevantes” inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas efetuaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperacaojudicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*.

Seguimos comprometidos com a correta divulgação e apresentação de resultados. Neste sentido, após a apresentação das informações financeiras trimestrais dos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2023, identificou-se a necessidade de aprimoramentos nas divulgações, que requereram ajustes para correção de erros nas informações trimestrais divulgadas anteriormente, decorrentes dos efeitos da descontinuação das operações de swap (JSM e B2W Lux) e *hedge accounting*, em virtude da Tutela de Urgência Cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023. Além disso, foram considerados os efeitos da alocação de saldos entre as rubricas de despesas administrativas e vendas provenientes da HNT, aprimorando os efeitos de comparabilidade entre os períodos.

Além do tema acima, com a adoção da revisão 1 do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a Companhia procedeu com a reapresentação da DVA entre componentes da riqueza criada (receita e insumos adquiridos de terceiros) sem afetar o valor adicionado líquido produzido pela companhia. As alterações introduzidas pelo CPC 09 (R1) que impactaram a DVA da Companhia foram:

- (a) Ajustes ao valor realizável líquido de estoques – deixam de ser apresentados como insumos adquiridos de terceiros e passam a ser divulgados como outras receitas;
- (b) Abertura da linha de “Perda e recuperação de valores ativos”; e
- (c) Efeito da correção das informações comparativas mencionada anteriormente pelos *swaps*.

Em 30 de junho de 2024 o perfil do endividamento não teve uma variação relevante comparado com o endividamento em 31 de dezembro de 2023. No período findo em 30 de junho de 2024, a Companhia aumentou sua dívida bruta, resultado da captação do financiamento DIP (*debtor in possession*) no montante total de R\$3,5 bilhões bem como da atualização monetária e contabilização de juros sobre a dívida existente, ao mesmo tempo em que aumentou os níveis de caixa e recebíveis, resultando em uma dívida líquida de R\$ 38,9 bilhões, o que representa uma variação de R\$ 5,4 bilhões comparado à 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 o perfil do endividamento não teve uma variação relevante comparado com o endividamento em 31 de dezembro de 2022. No exercício de 2023, a Companhia aumentou sua dívida bruta, resultado da captação de duas tranches do financiamento DIP (*debtor in possession*) no montante total de R\$1,5 bilhões bem como da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

atualização monetária e contabilização de juros sobre a dívida existente. Por outro lado, diminuiu os níveis de caixa e recebíveis, resultando em uma dívida líquida de R\$ 33,4 bilhões, o que representa uma variação de R\$ 5,8 bilhões comparado à 2022.

Endividamento Consolidado - R\$ MM	30/06/2024	31/12/2023	AH %
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.908	-
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	17.658	15.889	11,1%
Debêntures de Curto Prazo	11.658	7.634	52,7%
<b>Endividamento de Curto Prazo</b>	<b>45.224</b>	<b>39.431</b>	<b>14,7%</b>
<b>Endividamento Bruto (1)</b>	<b>45.224</b>	<b>39.431</b>	<b>14,7%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	3.052	1.758	74%
Títulos e valores mobiliários	1.964	2.245	(13%)
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.329	1.972	(32,6%)
<b>Total de Caixa e eq., TVM e contas a receber de cartão de crédito (2)</b>	<b>6.345</b>	<b>5.975</b>	<b>6,2%</b>
<b>Dívida Líquida (1) - (2)</b>	<b>38.879</b>	<b>33.456</b>	<b>16,2%</b>

Endividamento Consolidado - R\$ MM	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado	AH %
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.910	(0,01%)
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	15.889	17.386	(8,6%)
Debêntures de Curto Prazo	7.634	5.363	42,3%
Cash Flow Hedge	-	(1.328)	(100%)
<b>Endividamento de Curto Prazo</b>	<b>39.431</b>	<b>37.331</b>	<b>5,6%</b>
<b>Endividamento Bruto (1)</b>	<b>39.431</b>	<b>37.331</b>	<b>5,6%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.758	2.479	(36,3%)
Títulos e valores mobiliários	2.245	3.596	(37,6%)
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.972	3.563	(44,7%)
<b>Total de Caixa e eq., TVM e contas a receber de cartão de crédito (2)</b>	<b>5.975</b>	<b>9.638</b>	<b>(38,0%)</b>
<b>Dívida Líquida (1) - (2)</b>	<b>33.456</b>	<b>27.693</b>	<b>20,8%</b>

### b) estrutura de capital:

Diante do atual cenário de Recuperação Judicial da Americanas S.A, é crucial ressaltar que a Companhia tem adotado um plano estratégico para fortalecer sua estrutura de capital e restaurar sua saúde financeira. Este plano inclui a renegociação de dívidas, a busca por novas fontes de financiamento e a otimização dos custos operacionais, visando garantir a sustentabilidade de suas operações a longo prazo.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 30 de junho de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social é representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2024 o capital de terceiros aumentou em R\$5,8 bilhões atingindo o total de R\$ 45,2 bilhões, o que se deve principalmente à emissão de debêntures (veículo utilizado para operacionalizar os financiamentos DIP – *debtor in possession*), contabilização de juros e atualização monetária das debentures e empréstimos e financiamentos existentes.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital de terceiros aumentou em R\$2,1 bilhões atingindo o total de R\$ 39,4 bilhões, o que se deve principalmente à captação de empréstimos e financiamentos de debentures e à descontinuação do *cash flow hedge* em conexão com a tutela cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023.

Estrutura de Capital - Em milhões de reais	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022
Risco sacado	15.908	15.908	15.910
Capital de terceiros (i)	29.316	23.523	22.749
Cash Flow Hedge (ii)	-	-	(1.328)
<b>Total capital de terceiros</b>	<b>45.224</b>	<b>39.431</b>	<b>37.331</b>
Patrimônio Líquido	(30.359)	(28.850)	(26.670)
Cash Flow Hedge (iii)	-	-	941
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(30.359)</b>	<b>(28.850)</b>	<b>(25.729)</b>

(i) Corresponde à soma de empréstimos e financiamento e debêntures circulante e não circulante.

(ii) A Companhia adotou a metodologia Cash Flow Hedge nas debêntures (emissão dos bonds). Pelos princípios contábeis desta metodologia, o objeto do hedge é marcado a mercado no endividamento por custo amortizado, com contrapartida no Patrimônio Líquido. Para melhor comparabilidade entre os períodos, o capital de terceiros ajustados deve ser considerado excluindo esse efeito.

(iii) Cash Flow Hedge líquido dos efeitos tributários.

	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	15.430	15.430	15.430
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	1	1
Reservas de capital	1	115	147
Outros resultados abrangentes	(1.255)	(1.260)	(1.384)
Prejuízos acumulados	(43.136)	(43.136)	(40.864)
Prejuízo do período	(1.412)	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(30.359)</b>	<b>(28.850)</b>	<b>(26.670)</b>

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 30 de junho de 2024, a Companhia detinha em Caixa e equivalentes de Caixa, Títulos e valores mobiliários e Contas a Receber de Cartão de Crédito o montante de R\$ 6,4 bilhões comparado aos R\$ 5,9 bilhões de 31 de dezembro de 2023. Após a conclusão das etapas previstas no Plano, a Companhia espera reduzir seu passivo em aproximadamente R\$43 bilhões,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

além do aporte de novas recursos, desse modo, a Companhia acredita que a geração de caixa de suas atividades operacionais será suficiente para o pagamento do seu passivo circulante.

Em relação aos compromissos financeiros assumidos em relação a empréstimos e financiamentos e debentures, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos.

Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros. Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendeu os índices, desta forma, estes passivos foram reclassificados para o passivo circulante.

### ***d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:***

As principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e do período findo em 30 de junho de 2024 foram: (i) geração de caixa por meio da sua operação, e (ii) aportes de capital realizados pelos acionistas.

Em 30 de junho de 2024, o capital de giro (total de estoques e contas a receber menos o total de fornecedores) da Companhia apresentou um aumento de R\$ 3,6 bilhões em comparação à 2023, devido a redução da dívida e *haircut* de fornecedores após a homologação da RJ. Dessa forma em 30 de junho de 2024 o capital de giro da Americanas era de R\$ 2,2 bilhões, enquanto em 31 de dezembro de 2023 era negativo em R\$ 1,4 bilhões.

Em 2023, o capital de giro (total de estoques e contas a receber menos o total de fornecedores) da Companhia apresentou uma redução de R\$ 723 milhões em comparação à 2022, devido, principalmente, à uma redução dos recebíveis não sendo suficientes para compensar a redução do financiamento dos estoques, dessa forma em 31 de dezembro de 2023 o capital de giro da Americanas era negativo em R\$ 1,4 bilhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 era positivo em R\$ 2,4 bilhões

### ***e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:***

No exercício de 2023, em virtude da Recuperação Judicial, houve apenas a captação do financiamento extraconcursal na modalidade “*debtor-in-possession*” (Financiamento DIP) pelos acionistas de referência. A primeira tranche, no valor de R\$ 1 bilhão, foi obtida no primeiro trimestre, seguida por uma tranche adicional de aproximadamente R\$ 500 milhões no quarto trimestre.

Em março de 2024 houve a captação de um segundo financiamento extraconcursal na modalidade “*debtor-in-possession*” (Financiamento DIP), no valor de R\$ 3,5 bilhões pelos acionistas de referência para dar início aos desembolsos necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Adicionalmente, em 25 de julho de 2024, a Companhia homologou um aumento parcial de capital no montante de R\$ 24,5 bilhões, conforme previsto no PRJ, como forma de promover a readequação do capital e contribuir para a equalização do passivo da Companhia. Após a conclusão da RJ a Companhia espera ser capaz de acessar o mercado financeiro e de capitais de forma a financiar seu capital de giro e para realizar investimentos.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *f) níveis de endividamento e características das dívidas*

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### Contratos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras:

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Objeto	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2022
<b>Em moeda nacional</b>			
Capital de giro	8.467	7.916	7.477
BNDES (i)			669
FINEP	44	42	40
FINEP/BNB	-	-	50
Dívidas honradas por Fianças (i)	774	790	-
Operações de swap	-	-	5
Cotas FIDC (iii)	-	-	2.129
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Dívida sobre descontinuação dos swaps (ii)	2.192	1.913	-
Empréstimo Estrangeiro - dólar	370	319	324
Bonds Lux (iv)	2.967	2.526	2.614
Operações de swap (US\$)	-	-	1.708
Bonds JSM (iv)	2.976	2.535	2.634
Custo com captações (IOF e outras)	(132)	(153)	(203)
<b>Total</b>	<b>17.658</b>	<b>15.889</b>	<b>17.386</b>

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro). Em decorrência do início do processo de Recuperação Judicial da Companhia, o BNDES executou a garantia dos empréstimos, em forma de fianças bancárias, contra os Bancos Bradesco e Safra, que honraram as fianças e passaram a ser os credores destes financiamentos, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023.
- (ii) Com a ocorrência da descontinuação dos swaps, a Companhia passou a deter uma nova dívida com as instituições financeiras sobre o valor líquido dos derivativos ativos e passivos.
- (iii) Na Controladora representa o saldo da antecipação de recebíveis pelo Fênix - FIDC. No consolidado representa o saldo de cotas sênior do Fundo Fênix – FIDC.
- (iv) As operações em moeda estrangeira encontravam-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap até 12 de janeiro de 2023, quando essas operações de swap foram descontinuadas e as respectivas dívidas passaram a ficar integralmente expostas à variação cambial.

### FINEP

O contrato com a FINEP previa que os recursos do financiamento fossem investidos em projetos de inovação de natureza tecnológica, com foco em desenvolvimento de produto e/ou criação ou aprimoramento de processos. Os créditos concedidos contam com seguro garantia.

O saldo devedor do financiamento com a FINEP era de R\$ 44 milhões em 30 de junho de 2024 e R\$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2023.

### Capital de giro

A Companhia obtém empréstimos de capital de giro junto às principais instituições financeiras do país, substancialmente indexados à variação do CDI (124% CDI e CDI + 1,8% a 3,7% a.a).

Em 30 de junho de 2024, o saldo de empréstimo de capital de giro da Companhia era de R\$ 8,5 bilhões, e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 7,9 bilhões.

### Operações de SWAP

Até dia 12 de janeiro de 2023, o Grupo se utilizava de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante captações de recursos em moedas estrangeiras ou perdas decorrentes de captações de recursos com atualizações por índice financeiro (IPCA). Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de swaps em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

para a Companhia, junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023.

Portanto, a partir da descontinuidade das operações de swaps, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas, em moeda estrangeira e atreladas a índice financeiro, totalmente expostas à variação cambial e aos índices financeiros

### Emissão de Títulos Representativos de Dívida (Bonds)

Em 30 de junho de 2024, o passivo total dos Bonds era de R\$ 6 bilhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 5,1 bilhões reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.

### Emissão de debêntures pela Americanas

A Companhia e suas subsidiárias estão com a exigibilidade de suas debêntures suspensas desde o ajuizamento da tutela de urgência cautelar ocorrida em 12 de janeiro de 2023 e, por isso, permanecem com sua exigibilidade suspensa. A Companhia provisionou juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde tal data de acordo com os termos e condições originais dos contratos das dívidas financeiras, até que tais passivos financeiros sejam modificados, em 2024, nos termos da Recuperação Judicial.

Em 07 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 19ª Emissão de Debêntures simples em série única no montante de R\$ 2 bilhões, com vencimento em 15 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do CDI, não conversíveis em ações, para colocação privada, com uma primeira tranche de R\$ 1 milhão e o restante, em datas subsequentes. Em 6 de outubro de 2023, foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 501 milhões.

Em 05 de março de 2024, a Companhia assinou a escritura da 20ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 3,5 bilhões, e que dará início ao desembolso dos montantes necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. O Financiamento DIP (*Debtor in Possession Financing*) conta com garantia real, nos termos do artigo 58, da Lei nº 6.404/76 e possui prazo de vencimento de 24 meses contados da data de emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate e/ou vencimento antecipado.

A composição e a descrição das debentures da Companhia em 30 de junho de 2024 estão apresentadas na nota explicativa 20 das Informações Trimestrais de 30 de junho 2024 e, as de 31 de dezembro de 2023, estão apresentadas na nota explicativa 21 das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No período findo e no exercício social encerrado em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste documento e nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas. Com efeito, as dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

### Cálculo de índices financeiros (covenants) aplicáveis às emissões de debêntures

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (Debt Covenants e Cross Default) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos e debentures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros e não financeiros.

A Companhia está sujeita ao índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,5x, a ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Informações Trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não atendeu todos os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante.

Para fins de cálculo do índice financeiro, aplicam-se as seguintes definições:

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, os valores referentes às ações resgatáveis da Companhia, bem como o diferencial a pagar por operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras), do Contas a Receber de cartão de crédito e do Contas a Receber de Fundo(s) de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (quando consolidados), estes dois últimos com deságio de 5% (cinco por cento) para a 13ª emissão e 1,5% (um e meio por cento) para a 14ª e 15ª emissão, e o diferencial a receber por operações com derivativos. Ratifica-se que, para o cálculo da Dívida Líquida Consolidada, serão considerados os efeitos de FIDC consolidados nas Demonstrações Financeiras da Emissora, enquanto os FIDC não consolidados não serão considerados.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

“EBITDA Ajustado” significa o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações consolidadas da Companhia ocorridas no mesmo período; (c) das outras receitas (despesas) operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (d) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras consolidadas da Companhia do mesmo período; e (e) da equivalência patrimonial. O resultado do somatório dos subitens (a), (b), (c), (d) e (e) deste parágrafo será apurado para os últimos 12 (doze) meses e calculado na data do mais recente balancete trimestral da Companhia. Para fins desta definição e da consequente apuração do Índice Financeiro, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações). O EBITDA Ajustado considerado será o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

“Resultado Financeiro Líquido Consolidado” significa as receitas financeiras consolidadas da Companhia menos as despesas financeiras consolidadas da Companhia; o resultado da subtração prevista neste parágrafo será apurado para os últimos 12 meses e calculado na data do mais recente balancete trimestral da Companhia. Para fins desta definição e da consequente apuração dos Índices Financeiros, deverão ser ignorados os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente – AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações), o efeito do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS e o efeito do IFRS 16/CPC 06.

### Cálculo de índices financeiros (covenants) aplicáveis aos contratos de capital de giro

Nos termos de certos contratos de capital de giro, a Companhia está sujeita ao índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Ajustado menor ou igual a 3,5x, a ser verificados trimestralmente ou semestralmente pelas instituições credoras com base nas Informações financeiras consolidadas divulgadas regularmente pela Companhia.

### Outras Restrições e Limitações impostas pelos Contratos Financeiros

A Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado em linha com as usuais do mercado, embora não sejam aplicáveis integralmente a todos os Contratos Financeiros.

Caso ocorram eventos que gerem possibilidade de vencimento antecipado, a aplicação destas cláusulas não é imediata, dependendo, ainda, de análise prévia e efetiva aplicação pelo credor caso identifique real risco de liquidação financeira. Destacamos a seguir as principais cláusulas de vencimento antecipado encontradas nos Contratos Financeiros da Companhia: (a) insolvência; (b) ocorrência de protesto legítimo de títulos de valor relevante; (c) “cross default”; (d) alteração substancial do objeto social; (e) alteração do controle acionário da Companhia, exceto caso haja manutenção de pelo menos um de seus integrantes; (f) ocorrência de sentença condenatória transitada em julgado por motivo de práticas de corrupção, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, ou proveito criminoso da prostituição; e (g) não atendimento, por eventual avalista, do índice financeiro, medido pela divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Ajustado, menor ou igual a 3,5.

### ***g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados***

Possuímos um total de mais de R\$ 29,3 bilhões e de R\$ 23,5 bilhões de empréstimos, financiamentos e debêntures e em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

### ***h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa***

## **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Descrição das principais linhas do nosso resultado

- **Receita Líquida**

A receita líquida da Companhia é composta, majoritariamente, por revenda de mercadorias, franquias e intermediação de serviços.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

- **Impostos e Devoluções sobre Vendas**

#### **ICMS**

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual incidente sobre a receita bruta em cada etapa da cadeia de produção e comercialização.

As alíquotas internas de ICMS variam entre 7% e 25% conforme a legislação de cada estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

#### **PIS e COFINS**

Sobre a receita de venda de mercadorias e serviços incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS para o regime não cumulativo, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas.

Para os serviços enquadrados no regime cumulativo, as alíquotas aplicáveis são de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS.

- **Devoluções sobre Vendas**

Os montantes relativos às devoluções de vendas efetuadas são registrados como deduções da receita operacional bruta.

- **Custo das Mercadorias e serviços vendidos**

O custo das mercadorias vendidas é apurado com base no custo médio de aquisição registrado na data de transferência de controle do ativo comercializado. Além disso, contabilizamos como custo os gastos necessários para a prestação dos serviços de entrega.

- **Despesas com Vendas, gerais e administrativas**

Nossas despesas com vendas são decorrentes, principalmente, das operações diretamente ligadas a operação de e-commerce e de varejo físico. As principais despesas são: pessoal, ocupação, tarifas e comissões, distribuição e marketing. As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal, a depreciação e amortização dos investimentos realizados.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• **Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais consistem basicamente em provisões para contingências, despesas com planos de ações, alienação de ativo e baixa por *impairment*.

• **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As receitas financeiras correspondem, principalmente, os juros e variações monetárias de aplicações em títulos e valores mobiliários e descontos financeiros. As despesas financeiras são formadas, basicamente, pelos juros e variação monetária sobre financiamentos e despesas com antecipações de recebíveis.

• **Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos períodos, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

**RESULTADOS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 COMPARADOS COM 2023**

	30/06/2024	AV %	30/06/2023 Reapresentado	AV %	AH%
Receita operacional líquida	6.849	100,0%	7.032	100,0%	(2,6%)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.488)	(65,5%)	(5.209)	(74,1%)	(13,8%)
Lucro bruto	2.361	34,5%	1.823	25,9%	29,5%
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	(1.663)	(24,3%)	(1.994)	(28,4%)	(16,6%)
Gerais e administrativas	(1.044)	(15,2%)	(1.550)	(22,0%)	(32,6%)
Resultado de equivalência patrimonial	1	0,0%	3	0,0%	(66,7%)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.179	17,2%	(59)	(0,8%)	2.098,3%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	834	12,2%	(1.777)	(25,3%)	(146,9%)
Receitas financeiras	1.156	16,9%	2.015	28,7%	(42,6%)
Despesas financeiras	(2.765)	(40,4%)	(3.435)	(48,8%)	(19,5%)
Resultado financeiro	(1.609)	(23,5%)	(1.420)	(20,2%)	13,3%
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(775)	(11,3%)	(3.197)	(45,5%)	(75,8%)
Imposto de renda e Contribuição Social					
Correntes	(22)	(0,3%)	(8)	(0,1%)	175,0%
Diferidos	(615)	-9,0%	2	0,0%	(30.850,0%)
Prejuízo do período	(1.412)	(20,6%)	(3.203)	(45,5%)	(55,9%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RESULTADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
COMPARADOS COM 2022

	31/12/2023	AV %	31/12/2022	AV %	AH %
Receita operacional líquida	14.942	100,0%	25.821	100,0%	(42,1%)
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(10.586)	(70,8%)	(20.785)	(80,5%)	(49,1%)
Lucro bruto	4.356	29,2%	5.036	19,5%	(13,5%)
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	(4.134)	(27,7%)	(4.918)	(19,0%)	(15,9%)
Gerais e administrativas	(3.180)	(21,3%)	(4.188)	(16,2%)	(24,1%)
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	0,0%	7	0,0%	(128,6%)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.218)	(8,2%)	(4.045)	(15,7%)	(69,9%)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(4.178)	(28,0%)	(8.108)	(31,4%)	(48,5%)
Receitas financeiras	1.384	9,3%	794	3,1%	74,3%
Despesas financeiras	(4.240)	(28,4%)	(6.035)	(23,4%)	(29,7%)
Resultado financeiro	(2.856)	(19,1%)	(5.241)	(20,3%)	(45,5%)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social	(7.034)	(47,1%)	(13.349)	(51,7%)	(47,3%)
Imposto de renda e Contribuição Social					
Correntes	(32)	(0,2%)	(101)	(0,4%)	(68,3%)
Diferidos	4.794	32,1%	230	0,9%	1.984,3%
Prejuízo do período	(2.272)	(15,2%)	(13.220)	(51,2%)	(82,8%)

Receita operacional líquida

30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Receita operacional líquida	6.849	7.032	(2,6%)

A receita operacional líquida para o período findo em 30 de junho de 2024 reduziu em R\$183 milhões ou 2,6%, de R\$7 bilhões ao período findo em 30 de junho de 2023, para R\$6,9 bilhões no em 30 de junho de 2024.

Essa variação é reflexo da estratégia de redução do varejo digital em especial do 1P que contou com a migração de categorias relevantes para o 3P, que foi parcialmente neutralizada pela melhor performance do varejo físico no período e o aumento das vendas da Páscoa de março de 2024.

31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
--	------------	------------	-------

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida	14.942	25.821	(42,1%)
-----------------------------	--------	--------	---------

A receita operacional líquida para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziu em R\$10,8 bilhões ou 42,1%, de R\$25,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$14,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação é reflexo, principalmente, à queda de 47,2% vs. 2022 no segmento do varejo (Americanas físico + digital), com redução da receita do digital de aproximadamente 80%. A receita do varejo físico caiu cerca de 17%, impactado por problemas de abastecimento ocorridos logo após o pedido de recuperação judicial.

Custo das mercadorias e serviços vendidos

30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.488)	(5.209)	(13,8%)

O Custo das mercadorias e serviços vendidos para o período findo em 30 de junho de 2024 reduziu em R\$721 milhões ou 13,8%, de R\$5,2 bilhões no período findo em 30 de junho de 2023, para R\$4,5 bilhões no mesmo período de 2024.

Essa variação é reflexo principalmente da queda do volume de vendas, principalmente na plataforma digital, aliado a uma maior eficiência no processo de compra de mercadorias.

31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(10.586)	(20.785)	(49,1%)

O Custo das mercadorias e serviços vendidos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziu em R\$10,2 bilhões ou 49,1%, de R\$20,8 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação é reflexo principalmente da queda do volume de vendas, principalmente na plataforma digital, aliado a uma maior eficiência no processo de compra de mercadorias.

Lucro bruto

30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Lucro bruto	2.361	1.823	29,5%

O Lucro bruto para o exercício findo de 30 de junho de 2024 aumentou em R\$538 milhões ou 29,5%, de R\$1,8 bilhões no período findo em 30 de junho de 2023, para R\$2,3 bilhões no período findo em 30 de junho de 2024. O lucro bruto representa, em 30 de junho de 2024, uma margem de 34,5% da Receita Líquida, comparado à margem de 29,5% do lucro bruto em relação à Receita Líquida obtida em 30 de junho de 2023.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas já descritas, entre as quais: ajustes no mix de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de *pricing* mais adequada e início do projeto de modulação de lojas, apresentando resultados robustos na Páscoa. No varejo digital, menores gastos com *marketing* além da maior racionalidade de precificação contribuíram para o resultado.

### 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Lucro bruto	4.356	5.036	(13,5%)

O Lucro bruto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 reduziu em R\$680 milhões ou 13,5%, de R\$5,0 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$4,3 bilhões no 31 de dezembro de 2023. Já a margem bruta em 31 de dezembro de 2023 foi de 29% da Receita Líquida, comparado à margem de 19,5% do Lucro Bruto de 2022 em relação à Receita Líquida obtida em 2022.

Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas, entre as quais: ajustes no *mix* de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de *pricing* mais adequada e projeto de modulação de lojas. No varejo digital, menores gastos com *marketing* além da adequação da sua estrutura para a nova realidade contribuíram para o resultado.

### Despesas com vendas, gerais e administrativas

#### 30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Despesas com vendas	(1.663)	(1.994)	(16,6%)
Despesas gerais e administrativas	(1.044)	(1.550)	(32,6%)
<b>Total despesas com vendas, gerais e administrativas</b>	<b>(2.707)</b>	<b>(3.544)</b>	<b>(23,6%)</b>

As despesas com vendas, gerais e administrativas para o período findo em 30 de junho de 2024 reduziram em R\$837 milhões ou 23,6%, de R\$3,6 bilhões em 30 de junho de 2023, para R\$2,7 bilhões no mesmo período de 2024.

A variação é resultado da continuidade no processo de otimização do parque de lojas, readequação da estrutura de pessoal, redução nas despesas de marketing e maior austeridade nos gastos.

### 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Despesas com vendas	(4.134)	(4.918)	(15,9%)
Despesas gerais e administrativas	(3.180)	(4.188)	(24,1%)
<b>Total despesas com vendas, gerais e administrativas</b>	<b>(7.314)</b>	<b>(9.106)</b>	<b>(19,7%)</b>

As despesas com vendas, gerais e administrativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziram em R\$1,8 bilhões ou 19,7%, de R\$9,1 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$7,3 bilhões no período de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A variação é resultado da continuidade no processo de otimização do parque de lojas, readequação da estrutura de pessoal, redução nas despesas de marketing e maior austeridade nos gastos.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

30 DE JUNHO DE 2024			
	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.179	(59)	2.098%

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas para o período findo em 30 de junho de 2024 aumentou em R\$1,2 bilhões ou 2098%, de uma despesa R\$59 milhões em 30 de junho de 2023, para uma receita de R\$1,1 bilhões em 30 de junho de 2024. O principal impacto foi a adesão de credores fornecedores às opções de pagamento oferecidas dentro do contexto do Plano de Recuperação Judicial que, em diversos casos, contemplava um desconto (*haircut*) no valor original da dívida. O somatório deste *haircut* totalizou R\$ 805 milhões. Também foram contabilizados R\$ 110 milhões de *haircut* relativos a valores a pagar dentro do programa de stock option distribuído pela Companhia a funcionários, a título de remuneração variável, os quais tiveram um deságio de 93% do saldo total dos seus créditos.

Adicionalmente, houve impacto no valor R\$ 286 milhões referente a diferença registrada do pagamento efetuado quando da adesão ao programa de autorregularização. A adesão a este programa se refere a distribuição de JCP referente aos exercícios de 2019 a 2021 nos quais o lucro era inexistente (devido à fraude), transformando essa distribuição em remuneração sem causa, com incidência de alíquota de IRF superior a efetivamente paga.

31 DE DEZEMBRO DE 2023			
	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.218)	(4.045)	(69,9%)

As Outras receitas (despesas) operacionais líquidas para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 reduziram em R\$2,8 bilhões ou 69,9%, de R\$4,0 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.218 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esta variação se dá, principalmente, pela despesa contabilizada está relacionada aos custos dos processos de Recuperação Judicial e Investigações de R\$ 545 milhões em 2023. Além disso, em 2023 foi registrada uma reversão de R\$ 661 milhões de *impairment* e uma baixa de ativos de direito de uso de *software* no valor de R\$ 763 milhões. Esta baixa ocorreu em razão da aceleração de amortização de custos com desenvolvimento de sistemas, em decorrência da mudança de estratégia da Companhia no que tange ao desenvolvimento de *softwares* que resultou na descontinuidade de sistemas que estavam em elaboração e operação. Dessa forma, o resultado operacional da Companhia foi impactado negativamente pelo efeito líquido de R\$ 102 milhões.

Resultado financeiro

30 DE JUNHO DE 2024			
	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Resultado financeiro	(1.609)	(1.420)	(13,3%)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Resultado financeiro para o período findo em 30 de junho de 2024 aumentou em R\$189 milhões ou 13,3%, de R\$1,4 bilhões em 30 de junho de 2023, para R\$1,6 bilhões em 30 de junho de 2024.

A variação é decorrente da variação cambial das dívidas em dólar, saldo principal da dívida de aproximadamente 1 bilhão de dólares, sem proteção de derivativos. Com a ausência de *swaps*, as dívidas em moeda estrangeira da Americanas passaram a sofrer variação cambial e serem marcadas a mercado, além de reconhecimento de receitas financeiras provenientes dos *haircuts* obtidos sobre os créditos das Opção de Reestruturação I e Modalidade Geral de Pagamento, bem como o ajuste a valor presente dos créditos parcelados de credores fornecedores.

31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Resultado financeiro	(2.856)	(5.241)	(45,5%)

O Resultado financeiro para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziu em R\$2,3 bilhões ou 45,5%, de R\$5,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

A variação é decorrente, principalmente, da redução dos encargos financeiros relacionados a risco sacado, que deixaram de ser contabilizados devido ao término das contratações dessa operação financeira.

Imposto de renda e contribuição social

30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Imposto de renda e contribuição social	(637)	(6)	10516,7%

O Imposto de renda e contribuição social para o período findo de 30 de junho de 2024 aumentou em R\$631 milhões ou 10.516,7% de uma despesa de R\$6 milhões em 30 de junho de 2023, para uma despesa de R\$637 milhões em 30 de junho de 2024.

A variação é decorrente, principalmente, da compensação do IRRF sobre JCP pago referente aos exercícios de 2019 a 2021 nos quais o lucro era inexistente (devido à fraude), transformando essa distribuição em remuneração sem causa, com incidência de alíquota de IRF superior a efetivamente paga e consequente adesão ao programa de autorregularização, além de lucro gerado pelo *haircut* reconhecido.

31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Imposto de renda e contribuição social	4.762	129	3.591,5%

O Imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 aumentou em R\$4,6 bilhões ou 3.591% de uma receita de R\$129 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, para uma receita de R\$4,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A variação ocorrida se deve a homologação do PRJ e sua execução, o que gera perspectiva de lucro tributável em 2024 e, portanto, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 4,8 bilhões.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

30 DE JUNHO DE 2024

	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Prejuízo do exercício	(1.412)	(3.203)	(55,9%)

O prejuízo do exercício para o período findo de 30 de junho em 2024 reduziu em R\$1,8 bilhões ou 55,9%, de R\$3,2 bilhões em 30 de junho de 2023, para R\$1,4 bilhões em 30 de junho de 2024, se deve aos fatores citados anteriormente, principalmente reestruturação operacional da companhia e da execução do Plano de Recuperação Judicial.

31 DE DEZEMBRO DE 2023

	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	(82,8%)

O prejuízo do exercício para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 reduziu em R\$11 bilhões ou 82,8%, de R\$13,2 bilhões em 31 de dezembro de 2022, para R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023, se deve, principalmente à reestruturação operacional da Companhia e ausência de ajustes relevantes contabilizados em 2022 referentes ao processo de refazimento dos números da Companhia após a descoberta da fraude de resultados em 2023.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

Caixa líquido gerado (aplicado)	30/06/2024	30/06/2023	A.H.%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(2.166)	(2.170)	0,2%
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	169	952	(82,2%)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	3.291	325	912,6%
Redução de caixa e equivalente de caixa	1.294	(893)	244,9%

Atividades Operacionais

No período findo em 30 de junho de 2024, os fluxos de caixa aplicados nas atividades operacionais reduziram R\$ 4 milhões ou 0,2%, passando de R\$2,2 bilhões em 30 de junho de 2023 para R\$2,1 bilhões em 30 de junho de 2024. Esta variação se deve, principalmente, pelo maior reconhecimento de variação cambial e encargos financeiros de empréstimos e financiamentos e debentures, o que foi neutralizado pelo reconhecimento de *haircut*, aumento de fornecedores e redução estoques e contas a receber em decorrência da Recuperação Judicial.

Atividades de Investimento

No período findo em 30 de junho de 2024, os fluxos de caixa gerados nas atividades de investimento reduziram em R\$783 milhões ou (82,2%) passando de um caixa gerado de R\$ 952 milhões em 30 de junho de 2023, para um caixa gerado de R\$ 169 milhões em 30 de junho de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2024. Em 2023 a Companhia resgatou CDBs e renda fixa, enquanto em 2024 não teve nenhum evento que tenha impactado significativamente.

Atividades de Financiamento

No período findo em 30 de junho de 2024, os fluxos de caixa gerados nas atividades de financiamento aumentaram em R\$ 3,3 bilhões ou 912,6%, passando de um caixa aplicado de 325 milhões em 30 de junho de 2023, para um caixa gerado de R\$ 3,2 bilhões em 30 de junho de 2024. Esta variação ocorre, pois em 2023 a Companhia teve um acréscimo no saldo de empréstimos e financiamentos devido ao desmonte do *swap* que foi parcialmente compensado devido ao resgate das cotas sêniores do FIDC decorrente da Recuperação Judicial no período, enquanto em 2024, como consequência do PRJ, a Companhia não efetuou pagamento de empréstimos e financiamentos e captou R\$ 3,5 bilhões em debentures devido ao DIP.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Caixa líquido gerado (aplicado)	31/12/2023	31/12/2022	A.H.%
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(245)	(6.075)	(96%)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	981	(2.194)	(145%)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.457)	8.120	(118%)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(721)	(149)	384%

Atividades Operacionais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa aplicados nas atividades operacionais reduziram R\$ 5,8 bilhões ou (96%), passando de R\$6,1 bilhões em dezembro de 2022 para R\$245 milhões em dezembro de 2023. A redução no caixa aplicado nas atividades operacionais se deve principalmente à redução de fornecedores e a juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debentures, devido ao PRJ.

Atividades de Investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa gerados/aplicados nas atividades de investimento variaram em R\$3,2 bilhões ou (145%), passando de um caixa aplicado de R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2022 para um caixa gerado de R\$ 981 milhões em dezembro de 2023. A variação é decorrente principalmente dos regates do CDB's e da renda fixa durante o período de 2023, e não foram realizados investimentos em intangível e imobilizado quando comparado com 2022 devido ao PRJ.

Atividades de Financiamento

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os fluxos de caixa gerados/aplicados nas atividades de financiamento variaram em R\$9,6 bilhões ou -118%, passando de um caixa gerado de R\$8,1 bilhões em dezembro de 2022 para um caixa aplicado de R\$1,5 bilhões em dezembro de 2023.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Essa variação é decorrente, principalmente, do fato de, em 2023, a Companhia não ter captado dívidas devido a Recuperação Judicial.

As liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos foi mais relevante em 2023, comparado a 2022, devido ao resgate das cotas sêniores do FIDC decorrente da Recuperação Judicial.

Também houve redução significativa nas operações de Risco Sacado, uma vez que a Companhia finalizou as contratações de tais operações.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 – Resultado Operacional e Financeiro

#### a) resultados das operações da Companhia, em especial:

##### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

A Americanas tem presença em quatro segmentos operacionais: varejo, varejo *premium*, *fresh food* e serviços financeiros.

**Varejo:** A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas lojas físicas, de produtos de sua preferência pagos nos caixas (“PDVs”) das lojas. A receita de vendas de mercadorias tem como origem a aquisição, pelos clientes, nas plataformas digitais.

**Varejo Premium:** especializado em franquias, comercializando e distribuindo produtos em todo o território nacional, atua por meio de uma estratégia *omnichannel* com uma rede de franquias, clientes multimarcas e canais digitais.

**Fresh Food:** especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas Lojas, Sites, Apps e WhatsApp, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede.

**Serviços Financeiros:** plataforma mobile de negócios na prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas e com vantagens para os consumidores finais.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia apresentou um total de R\$ 6,9 bilhões de receita operacional líquida, representando uma redução de R\$ 183 milhões quando comparado ao mesmo período de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um total de R\$ 14,9 bilhões de receita operacional líquida, representando uma redução de R\$ 10,9 bilhões quando comparado a 31 de dezembro de 2022.

Receita Líquida R\$ MM	30/06/2024	30/06/2023	AH%
Varejo	6.082	6.297	(3,4%)
Fresh foods	917	915	0,2%
Serviços financeiros	72	105	(31,4%)
Varejo Premium	87	100	(13,0%)
Eliminações	(309)	(385)	(19,7%)
<b>Total</b>	<b>6.849</b>	<b>7.032</b>	<b>(2,6%)</b>

Receita Líquida R\$ MM	31/12/2023	31/12/2022	AH%
Varejo	13.365	25.318	(47,2%)
Fresh foods	1.849	2.012	(8,1%)
Serviços financeiros	283	1.296	(78,2%)

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Varejo <i>Premium</i>	239	259	(7,7%)
Eliminações	(794)	(3.064)	(74,1%)
<b>Total</b>	<b>14.942</b>	<b>25.821</b>	<b>(42,1%)</b>

### ***(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.***

Os fatores que afetarem materialmente os resultados operacionais da Companhia estão descritos no item 2.1 deste Formulário de Referência.

### ***b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação***

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços, bem como pela introdução de novos produtos e serviços em seu portfólio. A Companhia repassa as variações nos custos (positivas ou negativas) para seus clientes, podendo este repasse afetar seu volume de vendas. Além disso, mudanças tributárias e na legislação poderão afetar as métricas de receita e custos da Companhia. Variações cambiais afetam diretamente os preços dos produtos importados.

#### **30 de junho 2024**

A Receita Líquida consolidada do período findo em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023 foi de R\$ 6,8 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente, representando uma redução de 2,6% em 2023 comparativamente ao período anterior. A redução é decorrente, sobretudo, do desempenho das vendas do segmento de varejo em especial do varejo digital. O segmento apresentou, em 30 de junho de 2024, uma receita líquida de R\$6 bilhões, comparados aos R\$ 6,2 bilhões apresentados em 30 de junho de 2023, ou 3,4% de redução nas vendas.

#### **31 de dezembro 2023**

A Receita Líquida consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de R\$ 14,9 bilhões e R\$ 25,8 bilhões, respectivamente, representando uma redução de 42,1% em 2023 comparativamente ao exercício anterior. A redução é decorrente, sobretudo, do desempenho em vendas do segmento de varejo, em especial do varejo digital. O segmento apresentou, em 31 de dezembro de 2023, uma receita líquida de R\$13,4 bilhões, frente aos R\$ 25,3 bilhões apresentados em 31 de dezembro de 2022, ou 47,2% de redução nas vendas.

### ***c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor***

Um aumento significativo da inflação poderá afetar os custos e despesas operacionais da Companhia.

Majoritariamente, todos os gastos em caixa (ou seja, outros além da depreciação e amortização) e despesas operacionais da Companhia são realizados em Reais e tendem a aumentar de acordo com a inflação porque os fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços tendem a elevar os preços para repassar aumentos de custos decorrentes da inflação.

No que se refere à variação cambial, a Companhia se utilizava de swaps tradicionais com o

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante as captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de swaps em vigor naquele momento foram descontinuadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial. Portanto, a partir da descontinuidade das operações de swaps, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas em moeda estrangeira totalmente expostas à variação cambial.

No que se refere a taxas de juros, a Companhia se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e crescimento. A companhia descontinuou todas as operações de swap passando a ficar com as suas dívidas atreladas a índices financeiros (IPCA) totalmente expostas à variação desses índices

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3– Mudanças práticas cont./opiniões modificadas e ênfases

#### **a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

#### **b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

A Administração da Companhia informa que o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou a seguinte ênfase:

#### *“Plano de Recuperação Judicial*

*Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 01 e 35, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo”), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como no chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade debtor-in-possession (“DIP”) e de créditos devidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários até R\$ 12 mil ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgou quitação em relação ao excedente do crédito. As demais opções de pagamentos a credores não aconteceram até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.”*

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4– Efeitos Relevantes nas DF's

#### *a) introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional em 2023.

#### *b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

#### **Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A.**

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., adquiriu 100% da Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Parati"). A aprovação do Banco Central do Brasil "Bacen" ocorreu em março de 2023.

A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como Bank as a Service (BaaS) e Regtech, integrando fintechs ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Em 28 de junho de 2024, a Ame Holding assinou o contrato de venda da Parati com a Tudo Serviços S.A, pelo qual receberá o montante de R\$ 34 milhões assim que for obtida a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Não há um prazo estipulado para a concessão dessa aprovação.

#### **Americanas Local S.A.**

Em 1 de fevereiro de 2022 a Companhia anunciou o fechamento da operação relacionada à formação da parceria com a Vibra Energia S.A. para exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora dos postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania.

A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. ("Vem Conveniência"), cujo capital era detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.

Em razão do contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e Vibra Energia S.A. encerraram a parceria conforme o Termo de Encerramento de Parceria firmado entre as partes em 23 de agosto de 2023. A parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A. teve desfecho final em 30 de novembro de 2023.

Com a conclusão do Encerramento: (i) a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações de emissão da Vem, que é a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo "Local"; e (ii) a Vibra passou a deter a totalidade das lojas de pequeno varejo "BR Mania" através da VBBR Conveniência S.A., uma nova sociedade incorporada pela Vibra para tal finalidade.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Ainda, como resultado do Encerramento, e conforme previsto no Termo de Encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R\$192.000.000,00, e a Companhia alterou a denominação social da Vem Conveniência S.A., cuja marca passa a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania, para “Americanas Local S.A.”.

Com o Encerramento, as lojas do formato Local retornaram à gestão da Americanas em dezembro de 2023. Devido ao desalinhamento deste modelo em relação à atual estratégia da Companhia, decidimos encerrar todas as operações desse formato ao longo do primeiro semestre de 2024.

### **Aquisição das Ações Ordinárias da Uni.Co S.A.**

Em 01 de março de 2024, a Companhia recebeu notificação da Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, por si e na condição de representante dos demais acionistas minoritários da Uni.Co S.A., titulares de ações ordinárias representativas de 30% do capital social da Uni.Co S.A. por meio da qual foi exercido o direito de vender tais ações ordinárias para a Companhia, nos termos do Contrato de Opção de Compra e de Venda de Ações celebrado em 1º de julho de 2021.

O preço indicado na notificação para a venda das Ações Objeto da Opção de Venda é de R\$ 90.000.000,00, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir de 1º de julho de 2021 até 29 de fevereiro de 2024, totalizando R\$ 106.941.798,00.

Na data de 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A.. Desta forma, a Companhia passou a ser titular da totalidade do capital social da Uni.Co S.A..

### ***c) eventos ou operações não usuais***

Em 19 de janeiro de 2023, a Companhia apresentou pedido de recuperação judicial, que foi deferido na mesma data pelo Juízo de Recuperação Judicial.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 Medições não contábeis

#### a. valor das medições não contábeis

Conforme demonstrado no item 2.5 subitem (b).

#### b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA, e EBITDA Recorrente e o EBITDA Recorrente (ex-IFRS 16):

Americanas S.A. Resumo Financeiro (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	Reapresentado 2022
<b>Receita Líquida</b>	<b>14.942</b>	<b>25.821</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>4.356</b>	<b>5.036</b>
Margem Bruta %	29,2%	19,5%
SG&A <sup>1</sup>	(5.942)	(7.491)
Outras Despesas Operacionais Líq.	(1.218)	(4.045)
<b>EBITDA</b>	<b>(2.804)</b>	<b>(6.500)</b>
Depreciação e Amortização	(1.374)	(1.608)
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)
IR/CSLL	4.762	129
<b>Lucro/Prejuízo Líquido</b>	<b>(2.272)</b>	<b>(13.220)</b>
Despesas da RJ e investigação	545	-
Custos adicionais c/ fornecedores/conciliação fiscal	-	3.235
Impairment/ baixa de ativo	102	-
Revisão de estimativas de contingência	(254)	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(2.411)</b>	<b>(3.265)</b>
Pagamento de Arrendamento	(1.078)	(1.183)
<b>EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)</b>	<b>(3.489)</b>	<b>(4.448)</b>

<sup>1</sup> Sem efeito de depreciação e amortização

Conciliação EBITDA (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	Reapresentado 2022
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)
Impostos	4.762	129
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)
<b>EBITDA</b>	<b>(2.804)</b>	<b>(6.500)</b>
Despesas da RJ e investigação	545	-
Custos adicionais c/ fornecedores/conciliação fiscal	-	3.235
Impairment/ baixa de ativo	102	-
Revisão de estimativas de contingência	(254)	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(2.411)</b>	<b>(3.265)</b>
Pagamento de Arrendamento	(1.078)	(1.183)
<b>EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)</b>	<b>(3.489)</b>	<b>(4.448)</b>



## 2.5 Medições não contábeis

Endividamento consolidado (Em milhões de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2023	Reapresentado 2022
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.910
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	15.889	17.386
Debêntures de Curto Prazo	7.634	5.363
Cash Flow Hedge	-	(1.328)
<b>Endividamento de Curto Prazo</b>	<b>39.431</b>	<b>37.331</b>
<b>Endividamento Bruto (1)</b>	<b>39.431</b>	<b>37.331</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.578	2.479
Títulos e valores mobiliários	2.245	3.596
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.972	3.563
<b>Total de Caixa e eq., TVM e contas a receber de cartão de crédito (2)</b>	<b>5.975</b>	<b>9.638</b>
<b>Dívida líquida (1) – (2)</b>	<b>33.456</b>	<b>27.693</b>

**c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia**

### EBITDA

A Companhia calcula o EBITDA (LAJIDA) como sendo o lucro ou prejuízo líquido das operações continuadas antes do resultado financeiro líquido, imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para pagamentos de dividendos. Ademais, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade da Companhia. Finalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

### EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)

A Companhia calcula o EBITDA ajustado (ex-IFRS 16) como sendo o EBITDA ajustando pagamentos referentes a arrendamento (IFRS 16) e efeitos não recorrentes das operações da Companhia nas receitas e nas despesas.

### Dívida Líquida

A Companhia avalia a Dívida Líquida para garantir a continuidade de seus negócios no longo prazo, monitora nossa dívida global e calcula nossos índices de alavancagem financeira. Nossa administração reporta a Dívida Líquida como informação adicional e deve ser considerada em conjunto com o EBITDA como medição não contábil para uma melhor compreensão do desempenho e das condições financeiras da Companhia.

O EBITDA e a Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas International Financial Reporting Standards (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como indicadores de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. O EBITDA e a Dívida Líquida não possuem um significado padrão e o cálculo de EBITDA e de Dívida Líquida da Companhia podem não ser comparáveis ao cálculo do EBITDA e de Dívida Líquida de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA e a Dívida Líquida não forneçam uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, a Administração da Companhia entende que o EBITDA e a Dívida Líquida são importantes indicadores para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto sobre a renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6. - Eventos subsequentes as DFs

Em 11 de janeiro de 2023, conforme divulgado por meio de fato relevante, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022.

Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia criou um Comitê Independente composto por um membro do Comitê de Auditoria e dois outros membros externos, para apurar, de forma autônoma e isenta, as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras. A Companhia vem colaborando com os trabalhos do Comitê em tudo o que está a seu alcance. Contudo, a Americanas não tem qualquer ingerência sobre a investigação que vem sendo conduzida pelo Comitê e os seus assessores, nem sobre seu cronograma de trabalho.

Nesta data, o Comitê Independente ainda não concluiu suas investigações e não apresentou um relatório, mesmo que parcial, sobre elas. Oportunamente, como resultado de seus trabalhos de apuração, o Comitê apresentará suas conclusões ao Conselho de Administração da Companhia, para que esse possa avaliar e deliberar quanto às medidas cabíveis.

Em 23 de maio de 2024, a Companhia divulgou Fato Relevante informando sua decisão de adiar a divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, que estava estimada para 28 de maio de 2024, uma vez que, embora os trabalhos de fechamento, análise e auditoria independente das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023 estejam essencialmente finalizados, a investigação do Comitê Independente ainda não foi concluída, o que impossibilita aos auditores independentes reavaliarem a sua abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras de 2023.

A Companhia reforça que, conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 06 de maio de 2024, recebeu mensagem eletrônica do Comitê Independente contendo as “últimas atualizações quanto ao cronograma para a conclusão dos trabalhos de investigação do Comitê Independente”, e estimando, de forma não vinculante, que isso ocorra num futuro próximo.

Dessa forma, a Companhia julgou conveniente adiar a divulgação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023 para após o recebimento do relatório final de investigação do Comitê Independente, a fim de propiciar as condições necessárias para que os auditores independentes completem seu trabalho e reavaliem a possibilidade de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras de 2023.

Na data de atualização anual deste Formulário de Referência, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2023 ainda não foram divulgadas, tendo em vista que os trabalhos do Comitê Independente ainda não foram concluídos e, conseqüentemente, não há, neste momento, informações a serem prestadas pela Companhia nesta Seção 2.

A Companhia informa que irá proceder com a entrega das informações previstas nesta Seção do Formulário de Referência quando da convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2023, a ser oportunamente convocada após emissão do relatório do Comitê Independente e a divulgação das demonstrações financeiras auditadas e parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social de 2023.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

2023		
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	O estatuto social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do Capital Social. Será distribuída aos acionistas, como dividendos, pelo menos a importância de 25% do lucro líquido do exercício, mediante proposta do Conselho de Administração. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta submetida pelo Conselho de Administração.	
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	<b>Reserva Legal</b>	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
	<b>Dividendos</b>	
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	<b>Reserva Legal</b>	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
	<b>Dividendos</b>	
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório. A Diretoria poderá ainda determinar o levantamento de balanços mensais e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.	
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	A Companhia possui Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, aprovada em ata da Reunião do Conselho de Administração, em 30 de outubro de 2018, conforme boas práticas de governança corporativa estabelecidas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa. A política pode ser acessada através do link: <a href="https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/">https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/</a>	

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 – Itens Relevantes Não Evidenciados nas DF's

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

***(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos***

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia do período findo em 30 de junho de 2024 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

***(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços***

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia do período findo em 30 de junho de 2024 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

***(iii) contratos de construção não terminado***

A Companhia esclarece que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia do período findo em 30 de junho de 2024 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

***(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia do período findo em 30 de junho de 2024 e do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

Não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 – Comentários Sobre Itens Não Evidenciados nas DF's

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis da Companhia**

De acordo com as normas contábeis vigentes, a Companhia divulga em suas demonstrações financeiras todas as transações relevantes de que é parte, ou em que retenha qualquer risco por conta de participação societária ou contrato. Não há transações ou operações não evidenciadas nas demonstrações contábeis que possam impactar a Companhia significativamente.

**b) natureza e propósito da operação**

Não aplicável.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 – Plano de Negócios

#### a) investimentos, incluindo:

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

#### Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., adquiriu 100% da Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Parati"). A aprovação do Banco Central do Brasil "Bacen" ocorreu em março de 2023.

A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como Bank as a Service (BaaS) e Regtech, integrando fintechs ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Em 28 de junho de 2024, a Ame Holding assinou o contrato de venda da Parati com a Tudo Serviços S.A, pelo qual receberá o montante de R\$ 34 milhões assim que for obtida a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Não há um prazo estipulado para a concessão dessa aprovação.

#### Aquisição das Ações Ordinárias da Uni.Co S.A.

Em 01 de março de 2024, a Companhia recebeu notificação da Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia, por si e na condição de representante dos demais acionistas minoritários da Uni.Co S.A., titulares de ações ordinárias representativas de 30% do capital social da Uni.Co S.A. por meio da qual foi exercido o direito de vender tais ações ordinárias para a Companhia, nos termos do Contrato de Opção de Compra e de Venda de Ações celebrado em 1º de julho de 2021.

O preço indicado na notificação para a venda das Ações Objeto da Opção de Venda é de R\$ 90.000.000,00, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir de 1º de julho de 2021 até 29 de fevereiro de 2024, totalizando R\$ 106.941.798,00.

Na data de 20 de março de 2024, a Companhia concluiu a aquisição dos 30% restantes do capital social da Uni.Co S.A.. Desta forma, a Companhia passou, partir de deste momento, a ser titular da totalidade do capital social da Uni.Co S.A..

##### (ii) fontes de financiamento dos investimentos; e

Para financiar os investimentos previstos em tecnologia e logística, a Companhia se utiliza de recursos próprios e recursos de terceiros, apresentados no item 2.1 deste Formulário de Referência.

## 2.10 Planos de negócios

### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

#### Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A.

A Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Parati") é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como Bank as a Service (BaaS) e Regtech, integrando fins ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Em 28 de junho de 2024, a Ame Holding assinou o contrato de compra e venda da Parati com a Tudo Serviços S.A. Ainda está aguardando a aprovação pelo Banco Central do Brasil (BACEN). ~~Desta forma,~~ Não há um prazo estipulado para a concessão dessa aprovação.

#### Parceria com a Vibra Energia (Lojas Local e BR Mania)

A joint venture foi formada em parceria com a Vibra para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania. A parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. cujo capital era detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.

No contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e a Vibra Energia S.A. encerraram sua parceria em 30 de novembro de 2023. Após o Encerramento: (i) a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações de emissão da Vem, que é a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo "Local"; e (ii) a Vibra passou a deter a totalidade das lojas de pequeno varejo "BR Mania" através da VBRR Conveniência S.A., uma nova sociedade incorporada pela Vibra para tal finalidade. A Companhia tomou a decisão de descontinuar a operação devido modelo de negócio não se alinhar mais ao plano de negócios da Companhia.

#### Possíveis desinvestimentos previstos no PRJ

O Plano de Recuperação Judicial prevê a possibilidade realizar desinvestimentos como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do PRJ. Desta forma, a Companhia: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra ("HNT") e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas ("Ativos Relevantes" inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, Ame Digital.

#### b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgadas

Não há.

## 2.10 Planos de negócios

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não há.

**(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há.

**(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não há.

**(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não há.

**d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Não há.



## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentado nos demais itens desta seção**

A Companhia divulga em suas demonstrações contábeis e nos demais itens do formulário, todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5.1. - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia informa que segue conduzindo esforços para revisar e aprimorar suas estruturas de governança de modo a fortalecer seu ambiente de controle e disseminar uma cultura de gerenciamento de riscos dentro do negócio. A Política de Gerenciamento de Riscos segue em revisão, com previsão para aprovação pela Alta Administração ainda no ano de 2024.

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos, a qual foi formalmente atualizada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 09 de agosto de 2022 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como: Código de Ética e de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, Política de Compliance, Política de Combate à Corrupção, Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo dentre outras.

As nossas políticas, códigos e regimentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: [ri.americanas.io](http://ri.americanas.io)

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio do Emissor, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à mesma ou seu setor de atuação.

#### **i. Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia tem como escopo de sua política de gerenciamento de riscos a proteção contra riscos internos, ou seja, aqueles inerentes ao negócio, e externos, que dependem do contexto no qual o Emissor está inserido. Além disso, uma série de outros fatores de risco são monitorados no dia a dia por frentes específicas, como riscos associados às demonstrações financeiras ou a conduta de associados, parceiros e fornecedores.

##### **i.i. Riscos inerentes às atividades do negócio**

A abordagem do gerenciamento de riscos adotada pela Companhia tem por escopo primordial a identificação e a adoção de mecanismos de proteção aos riscos inerentes ao negócio e seu desenvolvimento. Esses riscos possuem diferentes fontes, podendo emergir desde o planejamento estratégico até os impactos externos projetados por meio da atividade fim.

Dentre estes, fazem parte do escopo do gerenciamento de riscos:

- a) Os riscos provenientes de aquisições, projetos e iniciativas;
- b) Riscos observados nas atividades, plataformas tecnológicas e processos que compõem a cadeia de valor do negócio;
- c) Riscos que possam impactar a continuidade do negócio e/ou resultar em perdas operacionais;
- d) Riscos relacionados a conduta, integridade e conformidade;
- e) Riscos relacionados à imagem e reputação da Companhia.

##### **i.ii. Riscos de fontes externas**

Para proteger e gerar valor para o negócio, o gerenciamento de riscos estende seu escopo ao ambiente externo, no qual a Companhia e seus negócios estão inseridos, observando as constantes mudanças que ocorrem e na forma como elas podem afetar os objetivos do negócio, buscando ações que permitam antecipar os impactos e reajustar o planejamento estratégico, de modo a mitigar riscos emergentes e explorar as oportunidades.

Para o gerenciamento dos riscos relacionados a esse ambiente são considerados aspectos como:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- a) As transformações na sociedade;
- b) Vulnerabilidade às mudanças climáticas e questões ambientais;
- c) Pandemias, desastres naturais ou humanos;
- d) Incerteza quanto ao cenário político e econômico;
- e) Variações nas taxas e índices de mercado, como câmbio, inflação, PIB, dentre outras;
- f) Mudanças no ambiente regulatório, incluindo a legislação e a regulação de mercado vigentes e o surgimento de novas leis, jurisprudências ou determinações;
- g) Problemas de segurança pública;
- h) Aumento da competitividade;
- i) Avanços tecnológicos, mudanças nos padrões de consumo e surgimento de novos nichos e segmentos;
- j) Ataques cibernéticos.

### i.iii. Riscos monitorados por frentes específicas

Em sua estrutura organizacional, a Companhia possui áreas e células dedicadas à proteção e ao controle de riscos específicos, abordados em paralelo às demais frentes citadas, mas também considerados no processo de gerenciamento de riscos, sendo eles:

- a) Riscos de perda de mercadoria e patrimonial;
- b) Riscos de conduta;
- c) Riscos cibernéticos;
- d) Riscos financeiros (crédito, liquidez, garantias, etc.);
- e) Riscos nas demonstrações e reportes financeiros;
- f) Riscos ambientais;
- g) Riscos jurídicos.

## ii. Instrumentos Utilizados para Proteção

O sistema de gerenciamento de riscos é composto por um processo definido com base nos principais *frameworks* para gerenciamento de riscos, como a ISO31000 e o COSO II, sendo ele composto pelas etapas de (a) identificação dos riscos e fatores de risco; (b) avaliação e priorização dos riscos (c) plano de ação para resposta ao risco e (d) monitoramento e reavaliação:

Durante esse processo são utilizadas ferramentas como a Matriz de probabilidade x impacto, onde os riscos identificados são avaliados com base em sua probabilidade (ou frequência esperado) e em seu potencial de impacto para os objetivos do Emissor para se chegar a uma pontuação denominada grau de risco. O Mapa de Riscos, também utilizado, concentra todos os riscos avaliados, listados com base em sua criticidade (grau de risco) e agrupados com base nas categorias citadas no tópico i. do Item 5.1 do presente formulário.

Essas ferramentas são operacionalizadas pela área de Riscos e Controles Internos, e o resultado, que pode ser visualizado através do mapa de riscos do Emissor, é apresentado uma vez por ano e sempre que necessário ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, junto ao plano de ação de cada um dos riscos classificados como prioritários. As demais áreas componentes da segunda e primeira linha, em conjunto com a Administração, priorizam o acompanhamento das ações e os indicadores relacionados a esses riscos que são monitorados regularmente nas três linhas.

Além disso, o Emissor se utiliza de instrumentos formais como políticas, códigos e regimentos para assegurar que haja uma maior proteção de valor e um menor desvio em relação aos objetivos almejados, como é o caso do Código de Ética e de Conduta, que visa reduzir a ocorrência de riscos de Conduta.

Cabe ressaltar ainda que o Emissor possui um sistema de Controles Internos que objetiva não só aprimorar e assegurar a integridade das demonstrações financeiras, mas também fornecer a primeira e segunda linhas um importante mecanismo para a proteção de valor, que possibilita identificar e tratar erros e desvios nos processos que poderiam configurar riscos operacionais materializados. Além disso, a Companhia também conta com uma área de Auditoria Interna responsável por testar a eficiências dos controles.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### iii. Estrutura Organizacional de Gerenciamento de Riscos

A estrutura organizacional do gerenciamento de riscos é composta das seguintes áreas/órgãos, além das áreas de primeira linha diretamente relacionadas ao risco priorizado, com as seguintes competências:

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é responsável por:

- Validar as diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos da americanas s.a.;
- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
- Incentivar, direcionar e patrocinar o monitoramento dos riscos prioritários dentro dos comitês de assessoramento.

#### **Comitê de Auditoria:**

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Fornecer ao Conselho de Administração, sempre que necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos da Companhia e influenciar na definição dos limites de apetite ao risco;
- Avaliar e validar a revisão anual do Mapa de Riscos, bem como os planos de ação para tratamento dos riscos prioritários;
- Monitorar os riscos prioritários que não estiverem sendo acompanhados pelos demais comitês de assessoramento conforme direcionamento do Conselho de Administração.

#### **Diretoria**

A Diretoria é responsável por:

- Revisar as diretrizes, Matriz e Mapa de Riscos, determinando os limites de exposição e deliberando quanto às ações para mitigação dos riscos;
- Definir e dar suporte à estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia;
- Definir, em conjunto com a área de Riscos e a primeira linha, os planos de ação para mitigação dos Riscos, dando suporte para a sua execução;
- Supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco;
- Validar e garantir o cumprimento dos planos de contingência, de modo a garantir a Continuidade do Negócio;
- Disseminar a cultura da gestão de Riscos na Companhia e em suas controladas.

#### **Área de Riscos e Controles Internos**

A Área de Riscos e Controles Internos são responsáveis por:

- Definir e desenvolver a metodologia para gerenciamento de riscos internamente;
- Elaborar e atualizar a Matriz de Riscos, revisando as informações contidas sempre que houver mudanças relevantes na percepção de criticidade dos riscos;
- Interagir com as áreas críticas da Companhia, de modo a se antecipar aos Riscos decorrentes de iniciativas e projetos, bem como às vulnerabilidades identificadas em novos negócios e aquisições;
- Analisar os processos atuais sob a ótica de Riscos e Controles Internos, avaliando, implantando e monitorando ações e controles com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- Operacionalizar e disponibilizar à Diretoria, ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria o Mapa de Riscos da Companhia, contendo os riscos prioritários e os respectivos planos de ação para resposta;
- Identificar o potencial de impacto na continuidade do negócio dos riscos mapeados em cada uma das frentes de atuação, estruturando junto as áreas de negócio ações de contingência e procedimentos de resposta em um plano de contingência;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- Fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de ferramentas e serviços sob demanda, apresentando, sua percepção quanto à exposição ao Risco em um determinado processo, projeto ou iniciativa;

- Redesenhar processos críticos junto a primeira linha e normatizar os processos redesenhados.

### Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna é responsável por:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria, quando necessário;
- Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos;
- Identificar eventuais vulnerabilidades nos processos da Companhia e comunicá-las em tempo hábil para a área de Riscos e Controles Internos;
- Atuar junto a primeira e segunda linhas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, supervisionando a implementação de ações corretivas para mitigação de riscos;
- Verificar e testar periodicamente a existência e a adequação do Plano de Continuidade do Negócio e dos planos de contingência para as principais atividades da Companhia.

### Investigações

A área de Investigações é responsável por:

- Apurar casos suspeitos de fraudes e de outras ações que possivelmente contrariem os valores, Código de Ética e Conduta e demais Políticas da Companhia;
- Utilizar técnicas de entrevista, forense e análise SCAN para levantamento de dados e apuração de suspeitas, que podem ser recebidas por meio de monitorias próprias, checagens da Auditoria Interna, acionamento das demais áreas da Companhia ou através do Canal de Denúncias;
- Gerenciar o canal de denúncias e as denúncias recebidas por meio deste.

### c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Ao longo do ano de 2023, a Companhia conduziu uma série de trabalhos com auxílio de consultorias externas para avaliar o sistema de controles internos e a metodologia de gerenciamento de riscos, considerando desde os processos em escopo até a adequação da estrutura responsável por conduzir as atividades. Os trabalhos realizados originaram uma série de melhorias nos controles internos, sobretudo nas frentes financeiras e contábeis, incluindo a implementação e revisão de controles existentes, adoção de boas práticas e mudanças nos fluxos dos processos. Parte dessas melhorias encontra-se em fase de implementação, sendo acompanhada diariamente em um fórum dedicado.

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2. Descrição dos Controles Internos

O monitoramento do nosso ambiente de controles internos é um processo contínuo que visa mitigar riscos, manter razoável segurança do atingimento dos objetivos, bem como suportar a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis. Desta forma, a Companhia segue permanentemente fortalecendo seu ambiente de controles internos e disseminando a cultura de gerenciamento de riscos em todos os níveis da organização.

#### a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os processos de gestão de riscos e de controles internos da Companhia estão estabelecidos com base nas melhores práticas de mercado reconhecidas internacionalmente, entre elas premissas dos frameworks COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e COBIT (Control Objectives for Information and related Technology). Neste sentido, a administração da Companhia possui um conjunto de normas, políticas e procedimentos que constituem a base para a prática de controles internos em toda a sua operação, incluindo: (i) Controles de alto nível (Entity Level Controls); (ii) Controles de Sistema de Informação (IT Level Controls); e (iii) Controles de nível dos processos (Process Level Controls) entre outros aspectos relevantes, tais como conduta, ética e compliance.

As práticas adotadas têm por objetivo promover um sistema de Controles Internos robusto em um ciclo de melhoria contínua, revisando os controles adotados e implementando novos sempre que necessário com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização e assegurar a integridade de todas as suas transações.

#### b) Estruturas organizacionais envolvidas

Nossas atividades de gerenciamento de riscos e controles realizadas têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas de Defesa, que determina papéis e responsabilidade em três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos. O modelo e sua abordagem compreendem os seguintes componentes:

- 1ª Linha: Áreas que executam atividades finais, sendo responsáveis por executar as atividades de controle relacionados a entrega de produtos e serviços aos clientes no dia-a-dia da operação;
- 2ª Linha: áreas especializadas que fornecem apoio à Primeira Linha, realizando monitorias e questionamentos quanto aos controles praticados e oferecendo mecanismos de proteção aos riscos identificados (como áreas de Riscos, Controles, Compliance, Segurança da Informação entre outras);
- 3ª Linha: área de Auditoria Interna, responsável por realizar avaliação e assessoria de forma independente e objetiva para mensurar a efetividade dos mecanismos de proteção e mitigação de riscos desenvolvidos e executados pelas Primeira e Segunda linhas, identificando e comunicando oportunidades de melhoria.
- Corpo Administrativo: Presta contas às partes interessadas e supervisiona a atuação das três linhas, avaliando a efetividade do gerenciamento de riscos e garantindo o comprometimento de todas as estruturas envolvidas por meio de integridade, liderança e transparência.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Neste modelo, são realizados reportes periódicos de riscos e controles internos à diretoria estatutária, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

### **c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

No nível das transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas em todos os estágios dos processos de negócios e no âmbito da tecnologia da informação. Estas atividades de controles variam em sua natureza e abrangem um conjunto de atividades manuais e automatizadas, tais como autorizações e aprovações, conferências, reconciliações e avaliações de desempenho de negócios. Os principais executivos da Companhia, incluindo cargos gerenciais e de diretoria, são responsáveis pelo acompanhamento da evolução das práticas e da evolução dos controles ao longo do tempo. A Companhia conta com uma área de Controles Internos responsável por gerenciar os controles executados pela primeira linha, de forma a identificá-los e auxiliar as áreas responsáveis pelos mesmos sanando eventuais deficiências.

Além disso, as atividades de testes e avaliação de efetividade de controles realizadas pela área de Controles Internos e pela Auditoria Interna são reportadas periodicamente para a diretoria estatutária, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração que fornecem o apoio necessário para a priorização e implementação de ações que visem a aprimorar o sistema de Controles Internos da Companhia.

### **d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado do auditor independente**

Em 11 de outubro de 2024, os auditores independentes emitiram relatório circunstanciado de recomendações sobre os trabalhos realizados relativos à auditoria das demonstrações financeiras de 2023 da Companhia e suas controladas. Conforme o relatório, os assuntos reportados não representaram riscos de distorções relevantes para as demonstrações financeiras e, portanto, não alteram o relatório de auditoria de 14 de agosto de 2024, quando da divulgação dos resultados.

A Administração da Companhia realizou todos os ajustes necessários nas demonstrações financeiras de 2023 e concluiu que as referidas demonstrações financeiras, apresentadas em 14 de agosto de 2024, com opinião sem ressalvas do auditor independente, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira, os resultados de operações e o fluxo de caixa, uma vez que os efeitos de todos os fatos conhecidos pela administração até a conclusão das demonstrações financeiras já foram nelas refletidos.

Especificamente sobre o relatório do período, a Companhia tem como uma de suas principais prioridades o endereçamento das recomendações dos auditores e tem adotado todas as medidas necessárias (resumidas abaixo) visando o tratamento das deficiências significativas reportadas divididas em 3 blocos: (i) Contábil; (ii) Tecnologia da Informação; e (iii) Normas e Procedimentos Operacionais, quais sejam:

#### **(i) Contábil:**

##### **• Controles de reconciliação de cartões e extratos de operadoras e terceiros:**

Não foi identificado um procedimento uniforme de reconciliação de algumas transações e saldos existentes em Contas a Receber. Estamos revisando e reavaliando o controle executado pelas áreas de Conciliação e Contabilidade com o objetivo de tornar o processo de conciliação mais estruturado e assertivo, incluindo a implementação de um novo sistema de conciliação.

##### **• Ausência de análise na preparação do relatório CAP para confrontar com a posição contábil:**

Foi identificado que os controles de revisão das análises das contas contábeis não foram suficientes para detectar a ausência de algumas transações de cartão de crédito. O plano de ação em curso inclui revisar e atualizar os dados cadastrais dos fornecedores, eliminando eventuais inconsistências, padronizando as nomenclaturas e classificando contabilmente de maneira correta, o que irá sanar o apontamento.

#### **(ii) Tecnologia da Informação:**

##### **• Gestão de Acessos:**

Foi identificada ausência de processo apropriado de revisão de acessos para alguns sistemas, além de falhas na revogação de acessos. Estamos aprimorando o processo visando a integração dos sistemas e

## 5.2 Descrição dos controles internos

menor gestão de acessos e identidades dentro do padrão de governança de tecnologia, o que tornará o processo mais eficaz, controlado e seguro.

### • Trilhas de Auditoria:

O auditor recomendou ampliação dos controles de armazenamento dos logs de atividades sistêmicas, incluindo de log de acessos, ações e eventos dos usuários dos sistemas. Estamos avaliando a implementação dos controles adicionais relacionados nos respectivos sistemas.

### • Segregação de Acessos de Ambientes Sistêmicos:

Embora a Companhia possua ambientes sistêmicos segregados, foram identificados acessos de mesmos usuários em ambientes de PRD (Produção) e DEV (Desenvolvimento). A Companhia está revisando os acessos e o processo respectivo visando garantir fluxo de aprovação apropriado entre outras iniciativas que garantam a segurança nos diferentes ambientes sistêmicos.

### • Segregação de Acessos de Usuários:

Entendemos que a elaboração de uma matriz SOD irá sanar a deficiência apontada, pois será possível realizar o controle de segregação de acessos e a criação de um padrão de acesso definido por funções. Como plano de ação paliativo até a elaboração de uma matriz SOD, serão implementados controles compensatórios de revisões de perfis de acessos adotando critérios de periodicidade para os sistemas.

### • Gestão de Mudanças:

Foram identificados chamados de mudanças sistêmicos já concluídas (em produção) como status "em aberto" na ferramenta de gestão dos chamados respectiva. Estamos aprimorando os fluxos para assegurar maior tempestividade do tratamento e controle dos chamados, incluindo análise prévia e sua baixa sistêmica.

### • Plano de Continuidade de Negócios e Plano Recuperação de Desastres:

Para Americanas, não foram identificadas evidências apropriadas dos testes de simulação/efetividade dos planos de Recuperação de Desastres, e especificamente para a unidade de negócio HNT, não foi identificado um Plano de Continuidade do Negócio formalizado. Ambos os apontamentos estão sendo tratados, incluindo a documentação dos testes realizados e formalização da documentação dos planos envolvidos.

### • Uso de contas genéricas e duplicadas:

Foi identificado ausência de gestão de identidade única e padronização de usuários. Entre os planos de ação em andamento, estamos revisando o processo de gestão de acesso com eliminação dos usuários duplicados e das contas genéricas.

### • Ausência de processo de Gestão de Mudanças (Aplicável ao Negócio HNT):

Estamos revisando o processo de gestão de mudanças da HNT, incluindo normativos, processo e ferramentas de controles associadas.

### (iii) Normas e Procedimentos Operacionais:

#### • Ausência de políticas e procedimentos:

Foi identificada ausência de formalização apropriada de algumas políticas e procedimentos operacionais, entre elas: (i) Estoque obsoleto; (ii) Compras; (iii) Fechamento Contábil; (iv) Vendas (Faturamento), entre outras. Todas estão sendo devidamente revisadas e formalizadas.

#### • Ausência de formalização de estrutura de responsabilidade de preparação e revisão em relação às contas contábeis:

A melhor formalização e documentação das aprovações e revisões da conciliação de todas as contas contábeis demonstrará que as análises das contas contábeis foram realizadas com o objetivo de garantir a



## 5.2 Descrição dos controles internos

precisão do saldo contábil, além disto a definição do novo plano de contas único e automatização do controles em curso trará as evidências necessárias para atestar a conformidade do processo.

- **Ausência de registros contábeis que geraram a reapresentação das DFs 2022:**

Foi identificado que determinados ajustes computados no mapa de consolidação para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras, até o encerramento dos trabalhos de auditoria ainda não haviam sido reconhecidos nos livros contábeis da Companhia. O ponto já foi tratado, uma vez que a área Contábil realizou o registro dos ajustes respectivos.

### **e) Comentários dos diretores sobre as deficiências no relatório circunstanciado do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Embora os riscos relacionados as deficiências reportadas pela auditoria independente não representem distorções relevantes nas demonstrações financeiras do período, trabalhamos continuamente na identificação de melhorias e aprimoramento do nosso ambiente de controles internos, definindo papéis e responsabilidades, redesenhando processos, revisando controles existentes, implementando controles adicionais, estruturando sistemas e aperfeiçoando nossa gestão e ambiente de controle.

Por ocasião da presente Carta de Controles a Companhia alcançou relevante redução de deficiências significativas em comparação com exercício anterior e já possui planos de ação em curso para tratamento de todas as demais, visando atendimento das recomendações dos auditores externos.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3. - Programa de integridade

**a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, ampla e abrangente, revisada e aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de agosto de 2022, cujo objetivo é formalizar e estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para controle e mitigação qualitativa e quantitativa dos riscos que afetam o desempenho e o crescimento da Companhia e suas subsidiárias ("Política de Gerenciamento de Riscos").

As atividades de gerenciamento de Riscos têm como princípio a adoção do Modelo das Três Linhas do IIA (Instituto dos Auditores Internos), que determina, de forma geral, as atribuições nos processos de gestão de riscos e de controles internos a três níveis organizacionais distintos que atuam de forma complementar nos esforços para proteção e mitigação de riscos.

Os riscos mapeados são monitorados constantemente pela primeira e segunda linhas através de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, indicadores de riscos, implantação dos planos de ação e alcance de metas, sendo também acompanhadas as ações para mitigação e controle desses riscos como parte do escopo de atuação das áreas de Riscos e Controles Internos e de Auditoria Interna.

São considerados na Política de Gerenciamento de Riscos, dentre outras categorias, os impactos provenientes de desvios de conduta, fraudes, corrupção e outros aspectos relacionados a conformidade e integridade. A existência de fatores de risco associados a esses aspectos é observada durante todo o processo de Gerenciamento de Riscos, composto pelas seguintes etapas:

#### 1) Identificação de riscos

Riscos dessa natureza podem ser identificados durante o mapeamento de processos do negócio, em projetos e novos negócios, sobretudo onde há envolvimento de terceiros ou de órgãos públicos ou, ainda, durante apurações internas conduzidas pela área de Investigações.

#### 2) Avaliação dos riscos

Os eventos de riscos dessa natureza são avaliados de acordo com a metodologia aplicada na Companhia, onde são descritos todos os possíveis fatores que podem levar a sua ocorrência e os impactos caso se materializem, sendo atribuída uma pontuação de probabilidade e outra de impacto, que juntas configuram o nível de criticidade do risco (multiplicação da probabilidade pelos impactos).

Na composição do mapa de riscos da Companhia, esses riscos são distinguidos dos demais, recebendo um atributo de identificação específico para fins de composição de relatórios e reportes, e são reavaliados pelo menos uma vez a cada ano.

#### 3) Tratamento e resposta aos riscos

De acordo com a metodologia adotada, os riscos avaliados são priorizados com base em sua criticidade. Com isso, são tomadas ações para mitigar ou eliminar esses riscos, de modo a evitar ou reduzir sua probabilidade de ocorrência e/ou seus eventuais impactos.

#### 4) Comunicação

O Mapa de Riscos é revisado sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano é apresentado pela Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance e validado pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria. Para cada revisão, os riscos que o compõe são reavaliados com base no cenário e diretrizes vigentes, podendo haver alteração nos riscos prioritários caso surjam riscos emergentes ou fatos e eventos de elevada magnitude que alterem as pontuações de criticidade de um ou mais riscos no mapa. Os riscos considerados prioritários têm seus planos de ação acompanhados pelo Conselho de Administração por meio de seus Comitês. Eventuais riscos relacionados a conformidade e integridade são discutidos em conjunto a Comissão de Compliance, que irá supervisionar a implementação das medidas.

Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia conta ainda com diversas políticas, regimentos e Código de Ética e Conduta, adaptados e atualizados em Agosto de 2022 e sempre que necessário,

### 5.3 Programa de integridade

passando por aprovação das Diretorias e estruturas competentes, bem como os Comitês e o Conselho de Administração, de modo a promover as boas práticas, como as frentes de ética, Compliance e sustentabilidade, relacionamento com stakeholders, conduta interna, situações práticas, canais de denúncia e sanções. Em conjunto, esses instrumentos proíbem qualquer forma de suborno, implementam preceitos de governança corporativa, incentivam a legalidade e a transparência de sua gestão e todos stakeholders, cumprem a Lei Anticorrupção, além de fornecer canais de denúncia e prever sanções ao seu descumprimento.

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os associados e parceiros, apresenta valores e compromissos que devem ser seguidos por todas as partes interessadas, ao longo da nossa cadeia de valor.

A Política de *Compliance* tem como objetivo estabelecer as diretrizes e principais responsabilidades associadas à função de Compliance, observando as boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis, bem como disseminar a cultura e a prática de integridade por todos os níveis da Companhia, demonstrando a importância do conhecimento e cumprimento das determinações legais e procedimentais, tanto externas quanto internas.

A Política de Combate à Corrupção, estabelece e formaliza as diretrizes, regras e procedimentos para prevenir, identificar, monitorar, comunicar e combater quaisquer práticas de corrupção dentro da Companhia.

A Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo estabelece definições, diretrizes e responsabilidades na prevenção e combate a tais atos ilícitos, bem como informa canal para denúncia de irregularidades ou condutas suspeitas e apresenta as regulamentações de referência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses estabelece as regras que devem ser observadas em todas as transações comerciais. Fornece orientações à conduta dos administradores da Companhia e de suas controladas, de forma a zelar para que todas as Transações com Partes Relacionadas, e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses, sejam realizadas de acordo com os interesses da Companhia, em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

A Política de Segurança da Informação estabelece os princípios, diretrizes e regulamentos a fim de garantir o tratamento seguro das informações, dos dados e comunicações da Companhia e as Políticas de Privacidade demonstram o compromisso com a transparência, a privacidade e a segurança dos dados dos titulares, em linha com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18).

Além dos instrumentos já citados existe o Regulamento de Interações com Agentes Públicos, que reforça os padrões éticos e de conduta que devem ser adotados nas interações com agentes públicos, bem como estabelece medidas de cautela, de registro e controle dessas interações.

A Companhia adota ainda diversas ações preventivas de disseminação do Programa de Integridade, tais como: a) disponibilização de conteúdos na plataforma de treinamentos corporativa – Americanas Educa; b) inclusão da temática de integridade no programa interno de formação de lideranças; c) ações de comunicação na plataforma de colaboração corporativa através do grupo “Ética na Prática”; d) realização do evento “Mês da Ética”, promovendo lives temáticas para disseminar a cultura de ética e integridade entre os associados; e) divulgação de relatório anual para acionistas e demais partes interessadas pela Companhia estabelecendo métricas e indicadores do Programa de Integridade; bem como f) ampla divulgação do Canal de Denúncias, pilar do Programa de Integridade.

O Canal de Denúncias é independente, especializado e terceirizado, o Disk Alerta, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> e, gratuitamente, pelo telefone 0800 282 2550. As denúncias reportadas são tratadas de forma confidencial e os envolvidos tem preservados os seus direitos à privacidade e à confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias. As denúncias recebidas são apuradas pela área de Investigações e classificadas, ao término da apuração, como: procedente, improcedente ou inconclusiva. Dentre as sanções aplicadas às denúncias apuradas como procedentes, estão: medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

**ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A despeito do acima descrito, a Companhia, por meio de sua Diretoria, do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração, monitora a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Com o intuito de viabilizar o fortalecimento de sua cultura ética, de riscos e de conformidade com a legislação e com

### 5.3 Programa de integridade

os valores da Companhia, a Companhia mantém um Programa de Integridade (conhecido internamente como Programa “Ética na Prática”) voltado para todos os seus associados, parceiros e fornecedores, sejam eles de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual. O Programa é baseado em pilares que englobam processos e atividades conduzidas por diferentes áreas e possuem o intuito de prevenir, detectar e corrigir desvios à legislação, externa e interna, e à cultura ética. É, portanto, por meio da atuação conjunta desses pilares que a Companhia conduz os seus negócios com integridade e conformidade.

Além disso, como já dito, a Companhia adota o Modelo das Três Linhas e acredita que as diversas áreas têm responsabilidade em monitorar os seus próprios riscos como primeira linha, e mantém áreas de controle, de segunda linha, como as áreas de Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação e as áreas de terceira linha, Auditoria Interna e Investigações, fortalecendo o funcionamento e a eficiência dos mecanismos.

As áreas de controle são subordinadas operacionalmente às Diretorias Estatutárias e não Estatutárias da Companhia e pelo menos uma vez por ano, os riscos prioritários e seus planos de mitigação são reportados e discutidos junto ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração possui comitês de assessoramento que acompanham a estratégia de negócio e propõem recomendações para a gestão da Companhia. Ao todo, temos quatro Comitês – Auditoria, Financeiro, Nomeação, Gente & Sustentabilidade - nomeados pelo Conselho de Administração – formados por conselheiros e por membros externos e independentes convidados, que se reúnem a cada fechamento de trimestre ou sempre que houver convocação pelo seu Presidente em uma necessidade extraordinária.

Em 2021, em mais um passo em linha com as boas práticas de governança, a Companhia criou a Diretoria de Riscos, Auditoria e Compliance, no intuito de assegurar uma estrutura integralmente dedicada ao monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, com canal direto ao Comitê de Auditoria da Companhia, garantindo independência na prevenção e detecção de fraudes e erros, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve.

Em abril de 2023, com vistas a aprimorar a gestão de riscos e controles, incluindo as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências em lançamentos contábeis identificadas neste ano, a Companhia criou a Vice-Presidência Jurídico e Compliance, responsável pela área jurídica e pela integridade corporativa da companhia, com autonomia em relação às demais estruturas de gestão da Americanas, reportando-se administrativamente ao Diretor Presidente.

#### iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um Código de Ética e Conduta, formalmente revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 9 de agosto de 2022.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e associados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e parceiros e está publicado em nosso site de Relações com Investidores que pode ser acessado através do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os diretores, conselheiros e associados recebem o treinamento em relação ao Código de Ética e Conduta no processo de ambientação que ocorre no ingresso à Companhia, pelo menos uma vez ao ano ou a cada revisão deste.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

São previstas aplicações de sanções para cada tema aplicável no Código de Ética e Conduta, a depender da natureza da violação. Dentre as sanções possíveis de aplicação, estão medidas disciplinares, demissões, demissões por justa causa ou até mesmo processos criminais, dependendo da gravidade da violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

### 5.3 Programa de integridade

O Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 9 de agosto de 2022 e pode ser acessado por meio do link <https://ri.americanas.io/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal para realização de denúncias, o Disk Alerta, independente, especializado e terceirizado, onde as denúncias podem ser feitas de maneira anônima por qualquer associado ou cidadão que se relacione conosco, estando disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, online no site <https://canaldedenuncias.com.br/universoamericanas> e, gratuitamente, pelo telefone 0800 282 2550.

**ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Disk Alerta é aberto a todos os stakeholders e tem como objetivo assegurar que todos os associados, fornecedores, parceiros, clientes ou qualquer cidadão ao observarem quaisquer desvios às diretrizes do Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos ou atitudes suspeitas, possam reportá-los.

**iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

As situações reportadas serão tratadas de forma sigilosa, sendo possível optar pelo anonimato. Todos os envolvidos têm reservados os seus direitos à privacidade e confidencialidade, sendo inaceitáveis quaisquer formas de coação ou represálias.

**iv. órgão da companhia responsável pela apuração de denúncias**

O canal é corporativo, ou seja, compreende a Companhia e suas controladas, e é administrado por uma empresa independente, terceirizada e especializada. Todas as informações necessárias para a apuração das denúncias são direcionadas para área de Investigações da Companhia, altamente treinada, imparcial e independente.

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não houve nenhum registro de desvios, fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos contra a administração pública nos últimos 3 anos. **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, políticas e regimentos internos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, conforme previsto no item 5.3 a) deste Formulário de Referência.

## **5.4 Alterações significativas**

### **5.4. - Alteração significativa**

Não houveram alterações significativas na política de gerenciamento de riscos, que segue em revisão com previsão de nova versão no ano de 2024.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5.5. - Outras informações relevantes**

A Companhia informa que segue conduzindo trabalhos para fins de revisão e fortalecimento da sua governança, de modo que esta Política de gerenciamento de riscos poderá sofrer alterações.